## PORTARIA Nº 269, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS ano-base **2015** 

- O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 24 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro 1990, **resolve:**
- Art. 1º Aprovar as instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais RAIS, instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, bem como o anexo Manual de Orientação da RAIS, relativos ao ano-base **2015**.
  - Art. 2º Estão obrigados a declarar a RAIS:
- I empregadores urbanos e rurais, conforme definido no art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho CLT e no art. 3º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, respectivamente;
- II filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior;
  - III autônomos ou profissionais liberais que tenham mantido empregados no ano-base;
- IV órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal;
- V conselhos profissionais, criados por lei, com atribuições de fiscalização do exercício profissional, e as entidades paraestatais;
  - VI condomínios e sociedades civis; e
  - VII cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas.
- §1º O estabelecimento inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ que não manteve empregados ou que permaneceu inativo no ano-base está obrigado a entregar a RAIS RAIS NEGATIVA preenchendo apenas os dados a ele pertinentes.
- §2º A exigência de apresentação da RAIS NEGATIVA a que se refere o §1º deste artigo não se aplica ao Microempreendedor Individual de que trata o art. 18-A, §1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- Art. 3º O empregador, ou aquele legalmente responsável pela prestação das informações, deverá relacionar na RAIS de cada estabelecimento, os vínculos laborais havidos ou em curso no ano-base e não apenas os existentes em 31 de dezembro, abrangendo:
  - I empregados urbanos e rurais, contratados por prazo indeterminado ou determinado;
  - II trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;
- III diretores sem vínculo empregatício para os quais o estabelecimento tenha optado pelo recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS;
- IV servidores da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, bem como das fundações supervisionadas;
- V servidores públicos não-efetivos, demissíveis **ad nutum** ou admitidos por meio de legislação especial, não regidos pela CLT;
  - VI empregados dos cartórios extrajudiciais;
- VII trabalhadores avulsos, aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, ou do sindicato da categoria;
- VIII trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado, regidos pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998;
- IX aprendiz contratado nos termos do art. 428 da CLT, regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005;
  - X trabalhadores com contrato de trabalho por tempo determinado, regidos pela Lei nº 8.745, de 9

de dezembro de 1993;

- XI trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973;
  - XII trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado, regidos por Lei Estadual;
  - XIII trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado, regidos por Lei Municipal;
  - XIV servidores e trabalhadores licenciados;
  - XV servidores públicos cedidos e requisitados; e
  - XVI dirigentes sindicais.

Parágrafo único. Os empregadores deverão, ainda, informar na RAIS:

- I os quantitativos de arrecadação das contribuições sindicais previstas no art. 579 da CLT, devidas aos sindicatos das respectivas categorias econômicas e profissionais ou das profissões liberais e as respectivas entidades sindicais beneficiárias;
  - II a entidade sindical a qual se encontram filiados; e
- III os empregados que tiveram desconto de contribuição associativa, com a identificação da entidade sindical beneficiária.
- Art. 4º As informações exigidas para o preenchimento da RAIS encontram-se no Manual de Orientação da RAIS, edição **2015**, disponível na Internet nos endereços **http://portal.mte.gov.br/index.php/rais** e **http://www.rais.gov.br**.
- § 1º As declarações deverão ser fornecidas por meio da Internet mediante utilização do programa gerador de arquivos da RAIS GDRAIS2015 que poderá ser obtido em um dos endereços eletrônicos de que trata o **caput** deste artigo.
- § 2º Os estabelecimentos ou entidades que não tiveram vínculos laborais no ano-base poderão fazer a declaração acessando a opção **RAIS NEGATIVA** *on-line* disponível nos endereços eletrônicos de que trata o **caput** deste artigo.
  - § 3º A entrega da RAIS é isenta de tarifa.
- Art. 5º É obrigatória a utilização de certificado digital válido padrão ICP Brasil para a transmissão da declaração da RAIS por todos os estabelecimentos que possuem a partir de 11 vínculos, exceto para a transmissão da RAIS Negativa e para os estabelecimentos que possuem menos de 11 vínculos.

Parágrafo único - As declarações poderão ser transmitidas com o certificado digital de pessoa jurídica, emitido em nome do estabelecimento, ou com certificado digital do responsável pela entrega da declaração, sendo que este pode ser um CPF ou um CNPJ.

- Art. 6° O prazo para a entrega da declaração da RAIS inicia-se no dia 19 de janeiro de 2016 e encerra-se no dia 18 de março de 2016.
  - § 1º O prazo de que trata o **caput** deste artigo não será prorrogado.
- § 2º Vencido o prazo de que trata o **caput** deste artigo, a declaração da RAIS **2015** e as declarações de exercícios anteriores gravadas no GDRAIS Genérico, disponível nos endereços eletrônicos de que trata o **caput** do art. 4º, deverão ser transmitidas por meio da Internet.
- § 3º Havendo inconsistências no arquivo da declaração da RAIS que impeçam o processamento das informações, o estabelecimento deverá reencaminhar cópia do arquivo.
- § 4º As retificações de informações e as exclusões de arquivos poderão ocorrer, sem multa, até o último dia do prazo estabelecido no **caput** deste artigo.
- Art. 7º O Recibo de Entrega deverá ser impresso cinco dias úteis após a entrega da declaração, utilizando os endereços eletrônicos (http://portal.mte.gov.br/index.php/rais e http://www.rais.gov.br) opção "Impressão de Recibo".
- Art. 8º O estabelecimento é obrigado a manter arquivados, durante cinco anos, à disposição do trabalhador e da Fiscalização do Trabalho, os seguintes documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações relativas ao Ministério do Trabalho e Previdência Social MTPS:
  - I o relatório impresso ou a cópia dos arquivos; e

- II o Recibo de Entrega da RAIS.
- Art. 9° O empregador que não entregar a RAIS no prazo previsto no **caput** do art. 6°, omitir informações ou prestar declaração falsa ou inexata, ficará sujeito à multa prevista no art. 25 da Lei n° 7.998, de 11 de janeiro de 1990, regulamentada pela Portaria/MTE n° 14, de 10 de fevereiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2006, alterada pela Portaria/MTE n° 688, de 24 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2009.
- Art. 10. A RAIS de exercícios anteriores deverá ser declarada com a utilização do aplicativo GDRAIS Genérico e os valores das remunerações deverão ser apresentados na moeda vigente no respectivo ano-base.

Parágrafo único. É obrigatória a utilização de certificado digital válido padrão ICP Brasil para a transmissão da declaração da RAIS de exercícios anteriores, exceto para a transmissão da RAIS Negativa.

- Art.11. A cópia da declaração da RAIS, de qualquer ano-base, poderá ser solicitada pelo estabelecimento declarante à Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em Brasília-DF, ou aos seus órgãos regionais.
  - Art. 12. Esta Portaria entra em vigor no dia 19 de janeiro de 2016
- Art. 13. Revoga-se a Portaria nº 10, de 9 de janeiro de 2015, publicada no DOU de 12 de janeiro de **2015**, Seção 1, página **35**.

MIGUEL ROSSETO